



SUJEITOS E DISPUTAS SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL

SUBJECTS AND DISPUTES REGARDING EDUCATION IN BRAZIL

TEMAS Y CONTROVERSIAS SOBRE EDUCACIÓN EN BRASIL



10.56238/edimpacto2025.092-025

Gabrielly Luize Dias Alves

Graduanda no curso de Pedagogia

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, campus Morrinhos

E-mail: owgabys@gmail.com

Marcus Vinicius Costa da Conceição

Doutor em Sociologia

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, campus Morrinhos

E-mail: marcus.conceicao@ifgoiano.edu.br

Thelma Maria de Moura Bergamo

Doutora em Educação

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, campus Morrinhos

E-mail: thelma.moura@ifgoiano.edu.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a influência das empresas privadas em marcos importantes da educação, como algumas reformas e conferências que constituíram de forma significativa a história desse setor. A pesquisa destaca como a educação, longe de ser um campo neutro, está impregnada por ideologias e interesses de grupos privados que são mascarados por falsas narrativas que, de modo geral, não contemplam a realidade do âmbito educacional.

Palavras-chave: Ideologias. Classes. Educação. Reprodução.

ABSTRACT

This article aims to analyze the influence of private companies on important milestones in education, such as some reforms and conferences that have significantly shaped the history of this sector. The research highlights how education, far from being a neutral field, is permeated by ideologies and interests of private groups that are masked by false narratives that, in general, do not reflect the reality of the educational sphere.

Keywords: Ideologies. Classes. Education. Reproduction.

RESUMEN

Este artículo analiza la influencia de las empresas privadas en hitos importantes de la educación, como algunas reformas y conferencias que han marcado la historia de este sector. La investigación destaca cómo la educación, lejos de ser un ámbito neutral, está permeada por ideologías e intereses de grupos privados, enmascarados por narrativas falsas que, en general, no reflejan la realidad del ámbito educativo.

Palabras clave: Ideologías. Clases. Educación. Reproducción.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a educação e os sujeitos que a compõem, considerando a participação de empresas privadas e seus reflexos nas reformas educacionais. Conforme destaca Freitas (2017) na obra *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*, a educação pode ser entendida como uma ferramenta de caráter “não neutro”, com ideologias claras e interesses particulares de grupos privados que participam da tomada de decisões no setor. Isso resultou na disseminação de discursos no campo educacional que, embora pareçam progressistas, mascaram interesses mercantilistas por trás da participação desses grupos privados.

A pesquisa buscou localizar a participação das empresas privadas no campo educacional para compreender suas intenções e sua influência em marcos históricos de grande importância. Dessa forma, pretendeu-se destacar os interesses dos grupos empresariais em questão, e como tais interesses se disseminaram ao longo do tempo, especialmente nas escolas públicas, as mais afetadas pela segregação e lógica meritocrática.

Nesse sentido, o presente artigo visa a promover discussões com base em autores relevantes no campo educacional, como Bourdieu e Passeron (1970) e Freire (2002), com o intuito de evidenciar a influência e os impactos das ideologias capitalistas e mercantis no âmbito educacional contemporâneo.

2 EDUCAÇÃO COMO CARÁTER “NÃO NEUTRO”

Por meio da análise histórica, podemos descobrir os fatores que impulsionaram o desenvolvimento e a construção da sociedade, as ideologias predominantes em cada época e os motivos que levaram à sua formação. Com a educação, não é diferente. Para mensurar a educação em um contexto contemporâneo, é necessário entender e analisar partes importantes de suas raízes ideológicas e sua estruturação no Brasil. Muitos ainda acreditam que a educação se explica por si só. Poucos sabem do caráter ideológico e significativo de suas reformas e dos interesses de grupos particulares que estão por trás delas.

É interessante refletir que toda iniciativa elaborada por um grupo social carrega os interesses dos membros dessa classe, que, naturalmente, visam à sua própria ascensão e ao alcance de objetivos particulares. Esse fenômeno é nítido quando se analisam os documentos oficiais na área da educação, pois eles evidenciam que as inúmeras reformas ocorridas no âmbito educacional atendem especificamente aos interesses da classe dominante. Fleuri (1997) ressalta:

O sistema educacional, com efeito, em nossa sociedade está montado para formar alguns para mandar e outros para obedecer, e com isso, se submeter aos processos de exploração impostos pela classe dominante. Em suma, o objetivo último desse modelo educacional é de fato a manutenção desta atual e injusta estrutura de sociedade segundo os interesses da classe dominadora e exploradora (Fleuri, 1997, p. 27).

Desse modo, a escola se configura como o principal reproduutor da ideologia dominante, uma vez que os documentos e as normativas produzidos e pensados para o âmbito educacional são elaborados por representantes das classes dominantes, que se beneficiam do grande poder social que lhes é conferido pelo capital cultural e econômico. Esse cenário passa despercebido por muitos indivíduos, até mesmo por aqueles que exercem seu ofício na educação. Contudo, uma análise histórica mais aprofundada revela que a educação não é neutra, pois serve aos interesses de uma classe de alto poder aquisitivo e que se encontra em ascensão no mundo contemporâneo.

Nessa perspectiva, Bourdieu (2007a, p. 41) ressalta que a escola reproduz as estruturas da classe dominante em diversos momentos e que a cultura dessa classe recebe o *status* de universal, passando a ditar o que é certo ou errado nesse espaço. Assim, o capital cultural e econômico determina as esferas de oportunidades que um indivíduo terá na sociedade e na vida escolar. Essa “cultura universal” se torna algo excludente e induz muitos educandos a acreditar que não são suficientemente inteligentes ou capazes de pertencer àquele ambiente, por não satisfazerem às exigências escolares. O educando, nesse cenário, sente-se incapaz de aprender, o que pode acarretar o abandono ou a evasão escolar. Caso permaneça na escola e não obtenha boas notas, toda a responsabilidade pelo seu “fracasso escolar” será atribuída a ele. Omite-se dessa forma que o problema não está no aluno, mas na própria escola e nos objetivos que ela busca alcançar, que, em vez de promover a mudança social, agrava as desigualdades existentes na sociedade.

3 EDUCAÇÃO E SEUS SUJEITOS

A educação é composta por aqueles que participaram e participam ativamente de sua elaboração. Nesse caso, será destacado o caráter participativo de sujeitos, mais precisamente de empresas, que impactaram as reformas educacionais e alguns marcos documentais importantes. Cabe destacar, primeiramente, a Rede Latino-Americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (Reduca), apoiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), constituída fortemente por organizações empresariais. As reformas ocorridas nos países da América Latina nas últimas três décadas estão associadas à atuação coordenada de movimentos empresariais por meio da Reduca, apoiados pelo *slogan* “Todos Pela Educação”. Em um de seus documentos, o Todos Pela Educação (2006) afirma:

A pedra angular da ética do Compromisso Todos Pela Educação é a CORRESPONSABILIDADE PELO TODO, que se consubstancia na atuação convergente, intercomplementar e sinérgica entre as políticas públicas, o mundo empresarial e as organizações sociais sem fins lucrativos; [...] O Estado tem o dever e a obrigação de ser o detentor dos fins universais (atender a todos). O mundo empresarial destaca-se pela sua capacidade de fazer acontecer (lógica dos meios) com eficiência, eficácia e efetividade. As Organizações Sociais Sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor) caracterizam-se pela sua sensibilidade, criatividade e espírito de luta (Todos Pela Educação, 2006, p. 7).

A formação do Todos Pela Educação no Brasil teve início no ano de 2005 e contou com a forte participação de líderes empresariais, que impulsionaram a visualização e as ações do movimento. Seus mantenedores e parceiros são o Banco Itaú BBA, o Banco Santander, o Instituto Natura, entre tantos outros do segmento empresarial. O *slogan* em questão foi fortemente aceito pela sociedade e se destacou em meio às suas mensagens de planejamento, metas e bandeiras levantadas em prol da qualidade e melhoria da educação básica. Uma vez aceito, mascarou o interesse capitalista dos segmentos empresariais no âmbito educacional. A aceitação das propostas do Todos Pela Educação nas reformas educacionais se deveu ao seu discurso que enfatizava a melhoria da qualidade da educação. Como podemos ver a seguir, o documento “Educação Já”, publicado pelo Todos Pela Educação em dezembro de 2018, revela a ideologia do movimento:

Uma iniciativa suprapartidária liderada pelo Todos Pela Educação, em parceria com outras organizações e especialistas do setor, que visa contribuir para que os próximos governantes estruturem esta estratégia e implementem as medidas necessárias para dar início a um salto de qualidade tão urgente na educação básica brasileira (Todos pela Educação, 2018, p. 11).

O setor empresarial latino-americano dos anos de 1990, por meio da parceria entre suas diversas organizações, teve notável influência na criação dos documentos que regem a educação brasileira. Podemos destacar as conferências e programas que antecederam as reformas educacionais. Em muitos desses eventos, a participação das empresas foi marcante, a começar pela Conferência Mundial Educação Para Todos, que ocorreu na Tailândia, na cidade de Jomtien, no ano de 1990, organizada pelo Banco Mundial em parceria com órgãos ligados à Organização das Nações Unidas (ONU), conferência essa que resultou na criação da Declaração Mundial Educação Para Todos.

Nesse contexto, foram reunidos 150 países com o objetivo de assegurar e discutir a qualidade da educação básica. Como resultado, foram criadas metas para atender às necessidades básicas de aprendizagem, em prol de uma educação de “qualidade”. Nesse contexto, podemos destacar a Carta de Jomtien (1990), que estabeleceu metas para a educação básica relacionadas à redução da desigualdade, acesso à educação e parcerias internacionais no campo educacional. Foi atribuída às entidades empresariais a responsabilidade de assegurar a efetivação da educação básica como grande valor. Esse discurso ganhou enorme repercussão nos veículos midiáticos e, mais uma vez, foi aceito pela sociedade. A participação de empresas no contexto educacional se apresentava como uma excelente oportunidade, mas não se levavam em consideração os interesses dessa classe em um ambiente propício de reprodução de conceitos e ideias. A ampla adesão aos discursos empresariais nos remete ao poder da ideologia, que Freire (2002) explica assim:

O poder da ideologia me faz pensar nessas manhãs orvalhadas de nevoeiro em que mal vemos o perfil dos ciprestes como sombras que parecem muito mais manchas das sombras mesmas. Sabemos que há algo metido na penumbra, mas não o divisamos bem. A própria “miopia” que nos acomete dificulta a percepção mais clara, mais nítida da sombra. Mais seria ainda é a possibilidade que temos de docilmente aceitar que o que vemos e ouvimos é o que na verdade é, e não a verdade distorcida (Freire, 2002, p. 142).

Camuflando seus verdadeiros interesses por meio de discursos que supostamente defendiam uma educação de qualidade, o setor empresarial, durante a década de 1990 até os anos 2000, motivou uma ampla reforma educacional em favor do processo de globalização mundial, visando à formação de trabalhadores para atender aos interesses capitalistas e empresariais. A educação valorizada era baseada no alcance de metas propostas pelo setor empresarial, ou seja, não contemplava a realidade, nem objetivava promover a transformação social. Uma vez constatada a necessidade de “qualificação para a mão de obra barata”, o setor empresarial forçou as escolas a atender às expectativas do mercado, fazendo delas um simples meio de reprodução dos conceitos e valores da economia capitalista. As escolas passaram a oferecer assim uma educação básica, sem aportes críticos que impulsionassem o indivíduo a analisar seu contexto social e visualizar sua posição na pirâmide social, para buscar melhorias e lutar por uma sociedade mais justa.

Outro marco importante ocorreu em 2001, em Miami, nos Estados Unidos, quando ocorreu a elaboração do documento intitulado “Declaração de Ação”, que estabeleceu as diretrizes empresariais que a educação deveria seguir. O evento foi realizado pelo Programa de Promoção das Reformas Educacionais na América Latina e Caribe (Preal), o mesmo que se firmou no Brasil por meio da associação com a Fundação Getúlio Vargas, estabelecendo parcerias entre o setor público e privado. A união dessas duas esferas culminou em parcerias que passaram a influenciar as diretrizes adotadas pelo setor educacional, com os interesses do setor privado na educação consistindo em promover a formação de mão de obra barata para atender às necessidades do mercado. O indivíduo aqui passou a ser visto como um capital humano passível de produzir valor econômico e gerar renda para as grandes empresas por um custo relativamente baixo.

4 OS INTERESSES DO SETOR EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO: A REPRODUÇÃO

É importante destacar que, apesar das inúmeras falácia e narrativas que circulam a respeito da boa participação empresarial na educação, não se pode acreditar que esse setor queira verdadeiramente a qualificação do sistema educacional ou a formação crítica do indivíduo. As empresas atuam segundo os princípios do regime de produção capitalista e, como tal, priorizam o lucro aos interesses sociais. Elas operam para que pessoas com maior poder aquisitivo mandem, e as de menor poder aquisitivo obedeçam, o que garante a perpetuação do sistema. A educação, nesse cenário, perde seu caráter transformador e se torna incapaz de expandir a consciência dos indivíduos e provocar mudanças significativas na vida de cada um. Se a educação mantivesse seu caráter transformador, poderíamos

alcançar a igualdade. Assim, os que estão no topo da pirâmide social hoje perderiam seu poder, enquanto os dominados teriam mais autonomia e assumiriam novas posições. Por esse motivo, não é conveniente ao setor empresarial que os indivíduos sejam críticos e busquem por melhores posições. Segundo Freire (1991):

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um quefazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos (1991, p. 126).

Parafraseando Freire, a educação não pode tudo, mas pode provocar mudanças sociais e propiciar maior autonomia aos indivíduos. No entanto, o sistema educacional que temos hoje funciona como uma célula reprodutora, pois as reformas e os documentos que a norteiam foram elaborados e pensados por grandes empresários. Os conteúdos ministrados nas salas de aula têm servido para formar trabalhadores dóceis, domesticados às demandas do mercado, e não cidadãos críticos capazes de intervir na realidade para transformá-la em benefício das classes populares. Se os conteúdos do currículo são selecionados por aqueles que detêm o poder, pode-se inferir que o objetivo pretendido é a manutenção do *status quo*. Assim, a escola tem reproduzido os valores do capitalismo e agravado as desigualdades sociais. Também tem sido um espaço fértil para a ocorrência do que Bourdieu (1997) chamava de violência simbólica. Para o autor, violência simbólica é toda coerção exercida pelo dominante contra o dominado, por meio da imposição de uma visão de mundo que reflete os valores e interesses da classe dominante, mas que é de tal forma naturalizada que se torna aceita pelos próprios dominados. A violência simbólica não ocorre somente nas escolas, mas também nas famílias, na mídia e no contexto social como um todo. A escola tem sido um ambiente facilitador para ela, pois transmite os conteúdos, normas, crenças, cultura e valores da classe dominante. Por meio das relações hierárquicas na escola, essa violência vai se tornando cada vez mais devastadora, embora para o próprio praticante pareça sutil, acentuando a desigualdade, os preconceitos e a exclusão no ambiente escolar.

Dado esse contexto, não é de admirar que a educação tenha perdido credibilidade entre as classes populares. Cláudio Nogueira e Maria Nogueira (2002, p. 23-24), explicando as ideias de Bourdieu, afirmam que o baixo investimento das classes populares na educação se deve,

[...] em primeiro lugar, [à] percepção, a partir dos exemplos acumulados, de que as chances de sucesso são reduzidas (faltariam os recursos econômicos, sociais e, sobretudo, culturais necessários para um bom desempenho escolar). Isso tornaria o retorno do investimento muito incerto e, portanto, o risco muito alto. Essa incerteza e esse risco seriam ainda maiores pelo fato de que o retorno do investimento escolar é dado no longo prazo. Essas famílias estariam, em função de sua condição socioeconômica, menos preparadas para suportar os custos econômicos dessa espera (especialmente, o adiamento da entrada dos filhos no mercado de trabalho).

No cenário atual, o indivíduo é condicionado a atender às demandas do mercado e as escolas são organizadas para que tal objetivo seja atingido. Dentre os estudantes que entram no sistema educacional, apenas uns poucos, que se beneficiam do maior capital cultural transmitido por suas famílias, recebem formação adequada para prosperar no mundo do trabalho, ganhar salário digno e viver com comodidade. Já aqueles com menor capital cultural são excluídos pelo sistema escolar e acabam tendo grandes chances de se tornarem “mão de obra barata” para o setor empresarial.

Nessa perspectiva, a escola se torna uma espécie de preparatório para a empregabilidade. Pode-se dizer que o capital cultural da família em que você está inserido irá influenciar sua posição na sociedade, pois ele determina hábitos e serve como um indicador do seu futuro *status* econômico. Um exemplo do capital cultural são os gêneros musicais, sendo perceptível que, em meio a tantas culturas, alguns gêneros sofrem preconceito enquanto outros são valorizados. Músicas clássicas são mais bem vistas e recebem menos críticas do que o funk, por exemplo (Bourdieu, 2007b).

Seguindo essa lógica, a classe dominante sempre estará em ascensão, em constante crescimento crítico e intelectual, enquanto os dominados estarão cada vez mais distantes de sua autonomia e de melhores posições na sociedade e no mercado de trabalho. Segundo as palavras de Saviani (2011),

[...] o trabalho, enquanto elemento fundante e determinante da vida humana em seu conjunto é, por consequência, fundante e determinante da educação. Ou seja: uma vez que o trabalho é “condição natural eterna da vida humana”, em qualquer sociedade o trabalho se comporta como princípio educativo, isto é, determina a forma como é constituída e organizada a educação (Saviani, 2011, p. 9).

Assim, podemos pensar nos princípios educativos alinhados à preparação para o trabalho. Por mais que este exerça um papel importante na construção do indivíduo, a questão é: qual tipo de trabalho e qual tipo de trabalhador as instituições educacionais querem formar? Portanto, se o campo educacional está voltado para a reprodução, é de grande valia para a disseminação das crenças, valores e cultura da classe dominante a presença dos grandes empresários na elaboração das diretrizes educacionais, pois isso possibilita que seus interesses sejam atendidos. A captura da educação pela lógica empresarial prova, assim, que a escola não é neutra, pois ela cobra que os alunos adotem costumes e valores pertencentes aos grupos dominantes, apresentados como cultura universal a ser seguida, exercendo-se, assim, a violência simbólica.

5 A ESCOLA COM BASE NOS PRINCÍPIOS DE UMA EMPRESA

É possível observar que o sistema de ensino no Brasil tem sido moldado para atender aos interesses do setor privado, produzindo um novo tipo de trabalhador adaptável às necessidades do mercado em cada tempo. Nessa dinâmica, as escolas públicas são profundamente afetadas, pois contam com a parcela de alunos menos dotada de capital cultural e econômico, o que já a predispõe ao fracasso.

Quando isso acontece, o desempenho do aluno é justificado pelo discurso da meritocracia, que ignora completamente as desigualdades sociais, econômicas e culturais que separam os filhos dos ricos e das classes médias, que geralmente estudam em escolas privadas, com boa infraestrutura, e os filhos dos pobres, que estudam em precárias escolas públicas. O sistema de ensino seleciona assim os que terão sucesso no mercado de trabalho, com boa remuneração, e os que precisarão lutar para sobreviver, com baixos salários.

Além disso, o ensino escolar tornou-se um produto comercializável, como prova o fato de a educação estar sendo cada vez mais privatizada e “vendida” para aqueles que detêm maior capital econômico e cultural. A circulação de livros didáticos produzidos por empresas — livros que muitas vezes não refletem a realidade social — agrava a situação, pois faz com que o pensamento crítico e o interesse dos educandos sejam afastados das possibilidades de ensino (Laval, 2019).

Para agravar a situação, o novo tipo de trabalhador exigido pelo mercado demandou a formação de um novo tipo de docente. Hoje as políticas de formação docente estão pautadas, em sua grande maioria, por princípios elaborados por organismos internacionais que têm pouco interesse na real melhora da qualidade do ensino, como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), resultando em uma formação aligeirada de professores para atender aos interesses do mercado, em conformidade com a educação básica precária (Freitas, 2017).

Um exemplo disso é a Educação a Distância (EaD), patrocinada quase sempre por instituições privadas, pertencentes a grandes empresários que lucram não somente com o capital humano, mas também com a precariedade crítica na formação dos novos docentes que ingressarão no mercado de trabalho. Na EaD, a formação de professores, que deveria ser um processo contínuo ao longo de muitos anos, ocorre durante cursos com baixa carga horária, resultando em uma formação rápida e desqualificada. Esses cursos, em sua grande maioria, não se preocupam com a qualidade do ensino, mas em atender aos interesses do mercado, cujo foco é a internalização da economia e da produção.

Os defensores da formação EaD citam, entre suas vantagens, a diminuição de custos tanto para a instituição quanto para os docentes, em comparação com os cursos presenciais, assim como a possibilidade de o aluno organizar o tempo de estudo de acordo com sua disponibilidade. Os críticos, por outro lado, apontam as falhas na administração do conteúdo e na fiscalização, pois muitos exames, provas e atividades podem ser feitos e respondidos por meio de inteligências artificiais, sem a necessidade de estudar diretamente o conteúdo proposto pela instituição.

Apesar das críticas, a modalidade tem atraído muitos profissionais da educação, o que é prejudicial, uma vez que as instituições privadas estão mais focadas no quantitativo de novos estudantes matriculados, já que visam unicamente ao lucro, do que na qualidade do ensino. Isso acarreta um enorme prejuízo para a formação continuada dos professores, que recebem um treinamento

deficiente, com pouca ou nenhuma capacitação para enfrentar os desafios contemporâneos do mundo educacional. Isso mostra que a educação, mais uma vez, é tratada como uma mercadoria (Laval, 2004).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), “a Educação a Distância (EaD) apresentou um crescimento de 30,1% no número de matrículas entre 2019 e 2020” (Brasil, 2022, p. 12). Essa procura em massa pelos cursos a distância evidencia a precariedade na trajetória da formação docente. A docência não é vista como uma profissão digna que deve ser valorizada, mas simplesmente como uma ferramenta útil para os interesses do mercado.

Esse fenômeno faz com que as escolas se assemelhem cada vez mais às empresas. Elas são organizadas a serviço da competitividade econômica, sendo estruturadas como uma espécie de mercado. A forma de seleção, a meritocracia e o indivíduo convertido em capital subordinam o ensino e a aprendizagem à economia.

6 TODOS PELA EDUCAÇÃO?

Segundo Bourdieu e Passeron (1970),

A educação não é um processo neutro, mas um instrumento de controle social utilizado pela classe dominante para manter sua posição e reproduzir as relações de poder existentes. A escola é um aparelho ideológico que serve para legitimar a ordem social existente (Bourdieu; Passeron, 1970, p. 12-13).

O ambiente escolar tem se mostrado um poderoso instrumento de manutenção das estruturas sociais, na medida em que ali são disseminados os valores, as ideias, as normas, os costumes e a cultura da classe dominante, em detrimento daqueles das classes populares. Ainda nos dias atuais, a produção do conhecimento está nas mãos da classe dominante, que, para garantir a reprodução de seus valores e interesses, insere-se nos meios educacionais e passa a enxergar a educação como um fenômeno de massa.

Com base nas análises históricas dos documentos, projetos e classes que compõem a educação, pode-se concluir que o setor empresarial não é a favor de uma educação de qualidade e crítica. Isso fica claro quando criam diretrizes educacionais voltadas para a formação de mão de obra barata capaz de atender aos interesses do mercado. Assim, o *slogan* “Todos pela educação”, veiculado durante anos, poderia ser substituído pelo *slogan* “Todos pelos interesses empresariais e capitalistas”. Segundo Martins *et al.* (2015):

Nesta conjuntura, regidos pela ideologia da responsabilidade social, os empresários brasileiros por meio de suas fundações, institutos e organizações começam a desenvolver atividades parceiras com unidades escolares e sistemas educacionais, que reforçando as atividades governamentais passam a propor medidas que levam a uma privatização de novo tipo, que, diferente da privatização clássica, corresponde a um processo organizado de difusão e legitimação das organizações privadas nas instituições públicas via dissolução das diferenças entre o público e o privado e pelo conceito de serviços públicos (p. 41).

O Estado Ampliado, conceito desenvolvido por Antonio Gramsci (1978), tem uma relação estreita com a educação. “A noção de Estado Ampliado permite compreender como as estruturas de poder se articulam e se reproduzem, criando uma rede de relações de dominação e subordinação” (Gramsci, 1978, p. 13).

Nesse contexto, o Estado molda a educação para manter a hegemonia cultural das classes dominantes, reproduzindo estruturas sociais e econômicas. Isso ocorre por meio da disseminação de ideologias dominantes em meios de reprodução, como a escola, os livros didáticos e os veículos midiáticos.

Evidencia-se dessa forma que não são apenas os órgãos governamentais que cuidam da educação no Brasil. As organizações privadas também estão por trás das decisões tomadas nessa área. A intromissão dessas organizações no sistema educacional tem como objetivo atender aos interesses capitalistas, fornecendo apenas o mínimo para a educação. Movimentos como o Todos Pela Educação impactaram diretamente as reformas educacionais, pautadas em atender aos princípios capitalistas por meio de metas e propostas que não consideram a realidade das diversas classes de educandos.

Na defesa dos interesses do mercado, os reais objetivos nunca são confessados. Pelo contrário, são sempre omitidos por ideias aparentemente progressistas e solidárias. As empresas propagam o discurso de que desejam apenas ajudar o país por meio da educação, ocultando a real intenção de transformar o trabalhador em um capital humano, capaz de proporcionar às empresas um crescimento a baixo custo. Isso é vantajoso para o setor empresarial, uma vez que, por muito tempo, o trabalhador foi visto como alienado a ponto de poder realizar apenas uma função. Hoje, ele pode ser moldado para exercer várias funções de forma simultânea e a um custo relativamente baixo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrada das organizações representativas da classe dominante no cenário educacional não é exclusividade do Brasil, mas um fenômeno internacional. Várias organizações empresariais atuam na educação em prol de seus interesses em diversos países. Esse fenômeno, desconhecido por muitos, é de grande valia para quem busca se posicionar de forma crítica às investidas da classe dominante.

O sujeito fica à mercê de ser constantemente moldado pelos interesses capitalistas, subsidiados pelas empresas privadas no âmbito das reformas e políticas educacionais. A escola atua como reproduutora de culturas, conceitos e valores da classe que domina a estrutura social por meio de suas ações pedagógicas. Nesse sentido, cada vez mais empresários investem seu capital na formação de sujeitos capacitados para as exigências do mercado de trabalho, visando à expansão de mão de obra barata.

Desse modo, o sistema de ensino se torna cada vez mais excludente para aqueles que detêm menor capital cultural e econômico. A qualidade da educação passa a ser mensurada pelos parâmetros

aceitáveis no mercado de trabalho, e não com base no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem crítica, o que facilita a imposição pela classe dominante do que deve ser ensinado.

A escola se transforma em uma mercadoria que pode ser comprada pelos pais e responsáveis, funcionando como um livre mercado, no qual o sistema público é destinado àqueles que “fracassaram” na esfera social. Em relação à concorrência, ela molda a preparação dos professores e das escolas; quem não seguir a lógica do mercado acabará indo à falência. Como não se pode inserir a cobrança de *vouchers* na educação pública, o objetivo é privatizá-la gradualmente. O investimento do governo se torna mínimo, e o papel da educação no capitalismo é guiado pela atividade econômica, com a escola servindo à competitividade e favorecendo os interesses dominantes por meio das reformas e da concepção de “capital humano”. A escola se transforma de acordo com as necessidades do capitalismo, que, consequentemente, tornam-se mais importantes que as necessidades de emancipação dos educandos.

Outro fator a ser considerado é que a formação docente se desvaloriza aos poucos, e o diploma é fortemente associado ao *status*, e não à qualificação do profissional nos dias atuais. O diploma tem valor temporário e se perde socialmente, corroborando a crítica à qualidade da educação. O fato de a formação docente, por meio das graduações ou das formações continuadas, ser oferecida muitas vezes na modalidade EaD e por instituições privadas faz com que os conteúdos transmitidos aos educandos não os estimulem a refletir de forma crítica sobre a construção histórica.

Não é do interesse das instituições privadas que os alunos compreendam o contexto dos interesses das grandes empresas no campo educacional, o que afasta a possibilidade de uma formação crítica que os habilite a ocupar melhores posições na estrutura social. Assim, a procura por essa modalidade de formação cresce devido aos diversos aspectos que facilitam a preferência por ela. O ensino se torna mercadoria, cada vez mais precarizado pela lógica empresarial que visa ao lucro. Sem pensamento crítico e autonomia, dificilmente haverá mudanças, e o trabalhador será cada vez mais alienado, afastado da possibilidade de compreender sua posição social.

Contudo, entendemos que a educação é um alvo significativo das grandes empresas, sendo aqueles que detêm o poder social e econômico os responsáveis pela reprodução de seu capital cultural em massa. Os discursos do setor empresarial em prol de uma educação de qualidade são falaciosos, pois seu objetivo é que a escola atenda especificamente aos interesses do mercado, visando ao acúmulo de capital. Nesse contexto, a escola perde seu caráter emancipador e sua qualidade entra em declínio, passando a reproduzir os conceitos e os interesses da classe dominante, mantendo as estruturas sociais, a violência simbólica e a desigualdade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007a.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de educação**. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007b, p. 39-64.

BOURDIEU, Pierre. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1977.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução: Maria do Carmo Martins. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1970.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior 2020: Notas Estatísticas*. Brasília, Inep, 2022.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educar para quê?** São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

FREITAS, Luís Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

GUIMARÃES, Camila. Como tirar seu diploma pela internet. **Época**, São Paulo, n. 641, 2010, p. 80-84.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVAL, Christian. **A nova ordem educacional**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MARTINS, André Silva *et al.* Mudanças na educação básica no capitalismo neoliberal de Terceira Via no Brasil. In: MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orgs.). **Educação básica**: tragédia anunciada? São Paulo: Xamã, 2015.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Revista Educação & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 15-36, abr. 2002.

SAVIANI, Demerval. Germinal: Marxismo e Educação em Debate. **História, Trabalho e Educação: Comentário Sobre as Controvérsias Internas ao Campo Marxista**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 4-14, dez. 2011.



TODOS PELA EDUCAÇÃO. Educação Já!: uma proposta suprapartidária de estratégia para a educação básica brasileira e prioridades para o Governo Federal em 2019-2022. 3. ed. São Paulo: Todos pela Educação, 2018. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/09/Grafica-07-02-2020.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Compromisso Todos Pela Educação. São Paulo: Todos Pela Educação, 2006.